

**O GOVERNO À DISTÂNCIA NOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS
PORTUGUESES E SUAS ABORDAGENS NOS LIVROS DIDÁTICOS**
***DISTANCE GOVERNMENT IN PORTUGUESE OVERSEAS DOMAINS
AND ITS APPROACHES IN SCHOOLBOOKS***

Wander Luiz Demartini Nunes (Doutorando Ufes)

RESUMO: Com o distanciamento que, por vezes, ocorre entre o conhecimento produzido na academia e o “chão” da sala de aula, é possível observar e entender a diferença entre o que a historiografia especializada vem produzindo nos últimos anos sobre o Antigo Regime, a administração portuguesa e a organização das colônias, e aquilo que aparece nos livros didáticos. Diante de tal problemática, no presente trabalho pretendo analisar livros didáticos de grande circulação para comparar seu conteúdo esquemático com a bibliografia acadêmica que aborda tal assunto. Será crucial a leitura e a colocação dos principais pontos levantados por autores como Hespanha, Fragoso, Pujol, Laura de Mello e Souza, Alencastro, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Estado moderno português; Brasil colonial; administração colonial.

ABSTRACT: With the distance that sometimes occurs between the knowledge produced in academia and the environment of the classroom, in the case of studies on the Ancien Régime, the Portuguese, and the organization of colonies, it is possible to observe and understand the difference between what specialized historiography has been writing and what appears in textbooks. Faced with this problem, in this work, I intend to analyze widely circulated textbooks to compare their schematic content with the academic bibliography that addresses this subject. Therefore, it will be crucial to read and place the main points raised by authors such as Hespanha, Fragoso, Pujol, Laura de Mello e Souza, and Alencastro, among others.

KEYWORDS: Portuguese modern state; colonial Brazil; colonial administration.

Livros didáticos como fontes

Os livros didáticos muitas vezes são criticados como obras que resumem demais o conteúdo, não proporcionando aos estudantes uma visão realmente ampliada sobre os mais diversos e complexos contextos históricos. Não obstante a esses argumentos, tais obras podem figurar como importantes objetos de análise, e uma espécie de termômetro, para que o historiador tenha uma noção de como o contexto estudado por ele chegará às novas gerações e ao grande público em geral.

Neste sentido, foram escolhidas algumas obras desse caráter que são utilizadas em escolas no Ensino Fundamental II assim como algumas que eram utilizadas no ensino

médio, antes das recentes mudanças nessa etapa. Tais livros são: *Vontade de Saber*, da editora Quinteto; *Coleção Rotas*, da editora Edebê; *História sociedade & cidadania*, editora FTD; *Olhares da história: Brasil e mundo*, editora Scipione; *Oficinas de História*, editora Leya; *Conexões com a História*, da editora Moderna. Tais coletâneas foram incluídas aqui, como objeto de estudo, pois figuram como material didático em várias escolas das redes pública e particular do estado do Espírito Santo.

Há de se ressaltar que, por ter atuado como professor em tais etapas da educação básica, tenho noção de como o tempo que nos é dado é bastante curto para abordarmos milênios de história com as crianças e adolescentes, fazendo com que as obras que servem como instrumento de auxílio para o processo de ensino-aprendizagem também necessitem de sínteses e recortes que buscam uma adequação à curta carga horária da disciplina de história. Ao longo do Ensino Fundamental II, a disciplina de história conta em média com 3 aulas por semana em cada ano desta etapa. No entanto, em 2022 o município de Vitória, capital do Espírito Santo, aplicou uma reforma curricular que reduziu a carga horária da disciplina para duas aulas semanais nas turmas de 6º, 7º e 9º ano, em prol de modismos que introduzem disciplinas como “Projeto de Vida” ou “Práticas Experimentais”, prejudicando ainda mais o desenvolvimento do conteúdo, principalmente para professores das áreas de ciências humanas. No ensino médio, a última reforma posta em prática em território nacional acabou por embaralhar conteúdos com a justificativa de “interdisciplinaridade”, além de afirmar que permite um maior protagonismo dos estudantes, que poderiam optar por um “itinerário formativo”, vinculado à área do conhecimento que mais lhe interessar. Com isso, os conteúdos a serem abordados pelos professores de história ficaram com uma carga horária ainda mais “apertada” nesta etapa de ensino. Livros referentes ao Ensino Médio foram mantidos na abordagem do presente artigo, para que seja possível recapitular que as dificuldades já existiam antes da reforma do ensino médio para o ensino da história, no entanto, tal reforma acabou por prejudicar ainda mais os debates inerentes à disciplina, dificultando seu aprofundamento.

Desta maneira, o presente artigo não tem a intenção de produzir mais uma crítica quanto à brevidade dos argumentos apresentados nos livros didático, o que seria,

essa sim, uma crítica rasa e obsoleta para a ocorrência de uma otimização dos assuntos abordados em sala de aula. Pretende-se aqui lançar uma pequena colaboração para um tema que, mesmo com todas as dificuldades ressaltadas, pode proporcionar um enriquecimento no raciocínio histórico de nossos alunos e uma mudança sobre a visão que os brasileiros possuem sobre como se constituiu os primeiros séculos da história de seu país. Neste sentido, Luiz Guilherme Scaldaferrri Moreira e Marcello José Gomes Loureiro, em seu artigo intitulado “Livros didáticos brasileiros e as abordagens da História colonial: problemas e possibilidades na reflexão sobre a cidadania” trazem importantes reflexões sobre a relação da história na construção do processo de cidadania:

Há muito tempo enfatiza-se a importância da educação para a formação do cidadão pleno, e com ela a cidadania se torna cada vez mais um valor universal. Nesse sentido, o binômio cidadão-cidadania se figura cada vez mais central, fato que nos leva a refletir acerca de sua construção. O Brasil, como um país mais vinculado ao mundo, em razão da globalização, não pôde se isentar dessa problemática. Os três níveis do Estado brasileiro – União, estados e municípios – há algum tempo rediscutem a educação, especialmente após a redemocratização ocorrida em meados dos anos 1980 (LOUREIRO, 2010, p. 216).

Outra destacada reflexão sobre livro didático e ensino de história a registrar, inclusive, a temática do Brasil colonial e sua inserção no Império lusitano, foi o texto de Lucília Siqueira, a qual percebeu a discrepância entre o conhecimento histórico que seus alunos recém-chegados à universidade traziam consigo. Considerou tal fato resultado do formato de ensino que tais estudantes tiveram em seu ensino médio, dessa forma, buscou elaborar um trabalho em que os discentes deveriam apresentar livros didáticos de autores variados, para que fosse efetuada uma comparação. Em uma de suas críticas, Siqueira assevera:

Nas obras didáticas de História do Brasil, os assuntos estão encadeados de modo a desembocar, nos capítulos finais, na configuração atual do país; assim, trabalha-se sobre a ideia de que o estudo do passado tem como meta a compreensão do presente. Além de mascarar uma visão histórica teleológica, esta ideia esconde seu caráter conservador revestindo o ensino de História de uma utilidade. Ter a compreensão do presente como objetivo do estudo do passado desenvolve uma mentalidade conservadora, pois firma a noção de que o resultado do que se passou era inevitável, que as coisas só poderiam ter acontecido desta maneira; entre os acontecimentos históricos

estabelece-se uma relação sequencial e lógica de causalidade que torna o presente compreensível, justificável e até mesmo legítimo (SIQUEIRA, 2009, p. 119).

Feito esse registro, parto para a primeira análise: trata-se do livro didático da coleção voltada para séries do ensino fundamental: *Vontade de saber*. Dentre os autores da referida obra, encontra-se Keila Grinberg, professora adjunta e coordenadora do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UNIRIO e doutora em História Social pela UFF. A presença de Grinberg na escrita deste livro demonstra uma tendência que vem ocorrendo nos últimos anos: profissionais que atuam em universidades trabalhando na formulação de material didático. Acredito que tal movimento culminará em uma melhora cada vez maior das obras utilizadas nas escolas, na medida em que a experiência de tais autores for ampliada no sentido de adaptar suas formulações para um público diferente daquele encontrado nas academias. Circe Bittencourt, ao tratar da história dos livros didáticos, apontava que na gênese dos manuais de história do Brasil, predominavam visões ligadas a autores estrangeiros, desse modo, a presença de autores como Grinberg ressaltam uma significativa mudança:

A leitura dos livros didáticos realizada paralelamente à da historiografia denominada acadêmica permitiu-nos avaliar a interferência da produção de autores estrangeiros, tais como Southey e Ferdinand Denis, na elaboração de textos didáticos de História do Brasil e a posterior relação com os trabalhos dos Institutos Históricos e Geográficos da sede governamental e das províncias (BITTENCOURT, 2008, p. 135).

Ao tratar do período colonial, a coleção *Vontade de Saber* ressaltou que os portugueses não tiveram grande interesse no Brasil durante as três primeiras décadas após a chegada de Pedro Álvares Cabral, sendo que a primeira expedição colonizadora chegou finalmente ao Brasil em 1532, comanda por Martim Afonso de Souza, fundador de São Vicente (DIAS, 2018, p. 166). Ao descrever o sistema de Capitânicas Hereditárias, a obra procura esclarecer também quem eram os capitães donatários:

As capitânicas hereditárias eram grandes lotes de terras que foram doados a portugueses de posses. A pessoa que recebia uma capitania era chamada donatário. Cada donatário era responsável por promover a colonização e tornar produtivas as terras da capitania que lhe fora

doada. Alguns obtiveram sucesso nessa tarefa, mas outros nem chegaram a vir tomar posse das terras recebidas. No início, as capitanias que mais se desenvolveram foram Pernambuco, Porto Seguro, Ilhéus e São Vicente. Nelas, eram cultivadas grandes lavouras de cana-de-açúcar, que era utilizada na fabricação do açúcar, produto de alto valor comercial na Europa (DIAS, 2018, p. 166).

O livro apresentou as dificuldades encontradas pelos donatários, fato que culminou em uma maior centralização administrativa, com a implementação do Governo-Geral, com seus funcionários, ouvidor geral, provedor-mor e capitão-mor. A implementação desse sistema e desses novos cargos também aparecem no tópico de colonização, como uma solução para os problemas encontrados pelas capitanias hereditárias:

Diante das dificuldades enfrentadas pelos donatários nas capitanias, o rei de Portugal decidiu aumentar a presença portuguesa na colônia. Com isso, em 1549, foi implantado um governo centralizado no Brasil, chamado Governo-Geral. Para ser o primeiro governador-geral, a coroa portuguesa nomeou Tomé de Souza (DIAS, 2018, p. 166).

No livro didático *História sociedade & cidadania*, o padrão da primeira obra citada é mantido. As razões para que as capitanias hereditárias não tenham prosperado aparecem em tópicos, sem maiores explicações, tais como: falta de recursos; grandes extensões de terra para que os capitães donatários administrassem; falta de comunicação e resistência dos povos indígenas (BOULOS JÚNIOR, 2018, p.158). Alguns dos tópicos enumerados poderiam auxiliar em uma reflexão quanto a uma nova perspectiva para o governo da colônia, tais como aqueles que citam a dificuldade para a comunicação e administração, mas não foram desenvolvidos ao longo do texto. O livro prosseguiu com uma fala quanto ao fracasso das capitanias hereditárias, mas no fim do parágrafo, há um argumento interessante para o sistema de governo daquele contexto, quando citou as redes de poder baseadas em interesses e na questão do parentesco:

O rei de Portugal decidiu centralizar a administração, criando, em 1548, o Governo-Geral. Parte do poder dos donatários passava para o governador-geral. Os governadores eram, geralmente, homens que tinham prestado serviços ao Império Português na África ou no Oriente, ou eram parentes de pessoas influentes. Assim, formaram-se pouco a pouco no interior do Império Português redes de poder baseadas no favor, no parentesco e em interesses particulares (BOULOS JÚNIOR, 2018, p.158).

Por fim, o último livro didático escolhido para a presente análise que é voltado para o público do Ensino Fundamental II foi o pertencente à coleção *Rotas*, da editora Edebê. Ao tratar do estabelecimento das capitâneas hereditárias, essa obra apresentou o sistema com uma linguagem mais clara, a qual promoveu uma maior especificação quanto ao seu funcionamento. Um trecho interessante abordado por este livro, foi aquele em que o sistema de capitâneas não apareceu simplesmente como um sistema “fracassado”, como vários outros livros didáticos apontaram. Esta coletânea ponderou que o sistema de capitâneas, abordado em mais de um capítulo, apesar de não ter obtido um sucesso esplêndido, ao menos contribuiu de forma importante para o início da colonização portuguesa no Brasil:

Os portugueses estabeleceram na colônia, a partir de 1534, o que convencionamos chamar de capitâneas hereditárias: um sistema colonial que dividia o território, a partir do Tratado de Tordesilhas, em 15 faixas de terras com catorze capitâneas, já que São Vicente ficou com duas áreas. Essa forma de administração fazia com que a Coroa portuguesa repassasse os custos aos particulares. As terras ficaram com 12 capitães donatários (Martim Afonso de Sousa recebeu duas e seu irmão, Pero Lopes de Sousa, três). Os capitães donatários eram nobres, escolhidos por suas funções junto à Coroa, escolhidos por suas funções junto à Coroa, que receberam o direito de ocupar e administrar as terras, e tinham a obrigação de estabelecer algum tipo de produção que gerasse riqueza para a Coroa. No entanto, as terras não eram propriedades deles. As terras continuavam nas mãos do Estado português. Embora não tenha sido um projeto vitorioso, foi do sistema de capitâneas que surgiram os primeiros núcleos de ocupação do território e colonização dos portugueses no Brasil. Por exemplo: São Vicente, primeira vila brasileira, capitaneada por Martim Afonso de Sousa, em 1532, e a de Pernambuco, concedida a Duarte Coelho em 1534 (EDEBÊ, 2020, p. 163).

A coleção *Rotas* trouxe também uma abordagem mais atual quando examinou o Governo Geral. Mais uma vez, as capitâneas hereditárias não foram apresentadas como um total fracasso e, ao se abordar o que seria uma busca pela melhora da administração colonial, o livro lembrou aos alunos a questão da distância da Metrópole para o Brasil, além de ressaltar o enorme território da colônia. Tais fatores teriam propiciado o surgimento das redes de poder. Vemos que, das três obras voltadas ao Ensino Fundamental II aqui apuradas, esta coletânea é a que possui uma perspectiva mais próxima aos estudos dos autores acadêmicos como Fragoso e Alencastro, o que

demonstra ser possível uma adequação do material didático às produções de historiadores especializados:

Como a colônia era enorme e a Coroa desejava que muitas cidades fossem criadas e que houvesse cada vez mais pessoas habitando o lugar, vários cargos administrativos foram criados. Assim, vereadores deviam cumprir as determinações dos capitães, dos ouvidores, dos provedores e dos alcaides, que deviam obediência ao governador-geral, que, por sua vez, estava sob o comando do rei de Portugal. Aos poucos, uma rede de administradores, de dirigentes e de comandantes ia se fortalecendo. Porém, como o rei estava longe, em Portugal, e o governador-geral e seus assessores não podiam visitar todas as capitanias ao mesmo tempo, outras relações foram criadas para resolver os problemas do dia a dia, para encontrar soluções e ajudar conhecidos (EDEBÊ, 2020, p. 163).

Os livros voltados para o antigo formato do Ensino Médio, quando a disciplina de história possuía duas aulas semanais nas três séries desta etapa de ensino, os textos dos livros didáticos aprofundavam um pouco mais os debates, em um modelo onde há a ideia de que foi construída uma base durante o ensino fundamental, com conceitos primordiais que seriam melhor debatidos ao longo de três anos. Nesse âmbito, uma coletânea como *Olhares da História: Brasil e mundo*, do autor Cláudio Vicentino, tratou do início da ocupação do território por parte dos portugueses, trinta anos depois da chegada de Cabral, onde tal fato teria como justificativa o declínio do comércio lusitano com o Oriente, o que gerou uma necessidade para os portugueses: encontrar outras fontes de renda (VICENTINO, 2016, p.28).

Após uma breve apresentação sobre as capitanias hereditárias, o livro é bem direto quanto a seu desfecho: “o sistema de capitanias hereditárias fracassou, especialmente em razão da falta de recursos e de interesse dos donatários”. (VICENTINO, 2016, p. 29). Nesse ponto poderia ter sido realizado um debate sobre o sistema ter sido responsável por uma ocupação do território, com o estabelecimento das redes de trocas entre a Coroa e figuras importantes da administração da colônia, mas a obra já passa direto ao Governo-Geral, como forma de centralizar a administração colonial. Em um tópico chamado “O projeto português de colonização”, o autor apresenta a cana-de-açúcar como carro chefe:

Pelas características peculiares da colônia portuguesa e da expansão lusa, a colonização foi empreendida, até o século XVIII, com base na agricultura. A Coroa portuguesa recorreu ao cultivo de cana-de-açúcar

para viabilizar a ocupação e o povoamento da colônia, pois até então, ao contrário do que ocorria nas áreas de dominação espanhola, não haviam sido descobertos volumes significativos de metais preciosos (VICENTINO, 2016, p. 30).

Esse tipo de leitura também pode levar a uma retomada da ideia de “ciclos econômicos” na História do Brasil, quando o açúcar cimentou a colonização portuguesa, após uma exploração predatória voltada para o extrativismo de pau brasil. Dessa forma, o recorte vai até o século XVIII, justamente quando decolou a extração de ouro, descoberto ao fim do século XVII, no Brasil.

Na coletânea *Conexões com a história*, as capitâneas são colocadas como uma saída encontrada pelos portugueses para alavancar a colonização do Brasil, pois os mesmos corriam o risco de perder o território para outros povos europeus, que exploravam o litoral da colônia (ALVES, 2016, p. 17). O livro também acentuou as características necessárias a um capitão donatário, assim como as condições financeiras. O desconhecimento da realidade das terras a serem recebidas é lembrado como um dificultador:

O capitão donatário devia dispor de capital suficiente para investir na terra, pois o grosso desses investimentos tinha de partir dos cofres privados, e não reais. Ele precisava, portanto, ter posses para poder instalar engenhos, construir fortificações e realizar outras tarefas do projeto de colonização. Além disso, suas atribuições pressupunham uma capacidade administrativa complexa, pois, se os colonos e os povos indígenas não colaborassem, a capitania jamais prosperaria. A maioria dos donatários, entretanto, praticamente nada sabia sobre os recursos naturais, a topografia, as distâncias, os limites e o perfil demográfico e cultural dos povos nativos (ALVES, 2016, p. 17).

Se as capitâneas figuraram como solução, ao não atingirem as expectativas de Portugal, uma alternativa que significava centralização administrativa teve de ser buscada. Assim foi apresentado o Governo Geral. Apesar das capitâneas terem sido retratadas como um fracasso, o livro apontou que haveria uma mescla desse sistema com o Governo Geral, e que as capitâneas hereditárias só foram extintas no século XVIII (ALVES, 2016, p. 18). Desse modo, a coletânea ressaltou que a centralização promovida pelo Governo Geral deixou mais complexa a dinâmica da administração colonial, todavia, não aprofundou essa questão: “O governo-geral do Estado do Brasil devia centralizar e coordenar as ações antes atribuídas aos capitães donatários.

Estes, por sua vez, não desapareceram, mas passaram a integrar um sistema político-administrativo muito mais complexo” (ALVES, 2016, p. 18).

Ainda no que tange à administração da colônia e um dos pontos de seu maior interesse para a Coroa, a coleção *Oficina da História*, ao tratar da escravidão, o fez em um capítulo com um título, no mínimo, inusitado: “Inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos”. A linguagem dessa obra é diferenciada dos outros livros didáticos aqui analisados. Quando faz referência à composição dos colonizadores e à sua visão da colônia, é ressaltado o anseio por um retorno à metrópole, uma vez que o período na colônia era comparável a uma estadia no purgatório. Segundo o livro didático:

A expansão marítima e a vida nas colônias americanas reformularam as visões acerca do Purgatório. As travessias de mares e oceanos e o degredo eram vistos como uma espécie de rito de passagem, no qual os sofrimentos vividos serviam para a limpeza das almas. Grande parte dos conquistadores portugueses, voluntários, fugidos ou degredados, tinha como objetivo retornar à Metrópole. Os costumes dos nativos, a violência que imperava na terra, os desmandos dos poderosos e dos funcionários e dos funcionários da coroa, as tentações da carne abaixo da linha do Equador, até mesmo uma natureza hostil, repleta de animais selvagens e peçonhentos, e um clima mais quente que o europeu compunham um cenário que se construiu simultaneamente às projeções paradisíacas. Nesse cenário idealizado, a Colônia deixava, pouco a pouco, de compor as imagens edênicas e passava a estar associada ao Purgatório (CAMPOS, 2016, p. 238).

Quanto ao aspecto administrativo, após o Governo Geral ter sido instituído, o livro apontou para a dificuldade em executar um processo pleno de centralização administrativa, enquanto era preciso atrair mais indivíduos na direção da colônia. Para que fosse exercido um governo de fato, foi posto que era preciso uma espécie de negociação com os donatários e outros membros da elite colonial. Dessa maneira, as câmaras municipais são lembradas como importantes instâncias da política local no Brasil colônia:

Os governadores-gerais tiveram dificuldades para impor sua autoridade, por causa da resistência dos capitães donatários e dos fazendeiros e da extensão do território a ser administrado. O dilema da centralização administrativa repousava no fato de, além de atrair colonos e mantê-los nos domínios de além-mar, exigia controlá-los e governá-los. Assim, enquanto alguns poderes eram retirados das

mãos dos capitães donatários e fazendeiros, estabeleceram-se órgãos e instituições em que eles pudessem participar do exercício da política e da administração. Nas vilas e cidades coloniais foram criadas as câmaras municipais, encarregadas das funções administrativas, judiciais, policiais e financeiras locais. Nas eleições de seus ocupantes só podiam participar os chamados “homens bons”, ou seja, homens de posses, fazendeiros, clérigos, funcionários do Império e nobres [...] Com elevado grau de autonomia, as câmaras eram o principal espaço de expressão dos interesses dos poderosos dos municípios (CAMPOS, 2016, p. 214 - 215).

Essa última coletânea demonstra como é possível uma abordagem mais ampla, mesmo em páginas de livros em que predominam sínteses, como é o caso do livro didático. Ao ressaltar a existência das câmaras municipais, que também aparecem em outras obras, mas com uma rápida citação, o poder local ganha destaque de forma a favorecer um pensamento sobre as diversas correntes que faziam com que a roda da administração colonial pudesse girar.

Aprofundando o debate

Uma abordagem que contribui ainda mais para a concepção de que a administração portuguesa tenha sido extremamente centralizadora, e que tenha exercido um poder *absoluto* sobre sua colônia Brasil, é a ideia clássica sobre o Estado absolutista. Desse modo, muito do que se confunde com a administração colonial vem da ideia desse Estado absolutista, capaz de estar em todos os seus domínios ao mesmo tempo, submetendo seus súditos a um controle ao qual nada escaparia:

Costuma considerar-se o Estado territorial moderno como uma entidade que, a partir do séc. XVI, foi desenvolvendo um aparelho burocrático, militar e fiscal capaz de exercer um controle crescente sobre indivíduos e territórios e de chegar a criar novas formas de ordenação social. Muitos contemporâneos estavam conscientes de tal facto. No entanto, é preciso determo-nos um pouco e considerar mais a tendência do que o resultado, já que tão claros foram os propósitos governamentais como as dificuldades práticas de a levar a bom termo (PUJOL, 1991, p.120).

Pujol também ressaltou que, ao se dar um novo enfoque que passa pelas limitações do Estado absoluto não se deve considerar todas as outras ideias tradicionais quanto a tal tema como incorretas. Na verdade, as outras análises das questões referentes a tais limites alargaram o entendimento da engrenagem a qual mantinha o

funcionamento da administração de tais estados e suas colônias. O autor demonstrou, inclusive, um respeito com as teses mais antigas que trataram daquele contexto:

As referências bibliográficas feitas até aqui não permitem concluir que as ideias habituais sobre o Estado territorial da idade moderna estejam todas erradas. Não se trata de destruir um mito para construir outro. O que é correcto dizer-se é que ultimamente está a pôr-se maior ênfase nos limites do que nas realizações do Estado moderno. Está a dar-se mais atenção aos elementos chamados “não absolutistas”, às matérias autónomas, dentro do absolutismo. Está a realizar-se em definitivo, um esforço saudável no intuito de nos livrarmos da óptica historiográfica novecentista que tanto deformou a nossa visão histórica sobre o aparecimento dos estados e da administração territorial do Antigo Regime (PUJOL, 1991, p. 131).

António Manuel Hespanha é uma referência que aparece nos diversos debates académicos dos últimos anos, no sentido de uma reformulação acerca do antigo regime e das administrações coloniais. Em *Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português* o autor citou tal reformulação e questionamento que pairam nos últimos estudos sobre o início da Era moderna, o qual passa pelo modelo de implementação do Estado moderno e, obviamente, pelo modelo de reis chamados absolutistas (HESPANHA, 2010, p. 45). O historiador tratou da ideia de monarquia colaborativa, quando poderes periféricos, como o exercido pelas câmaras municipais no caso português, por exemplo, passaram a ser ampliados com o fato de que “o poder real dividia espaço político com poderes inferiores (famílias, municípios, corporações [*corpora*] e universidades [*universitates*]) e superiores (Igreja)” (HESPANHA, 2010, p. 46).

Tais aspectos citados acima foram aplicados também ao contexto colonial brasileiro. Ao comentar a ideia do centralismo absolutista, Hespanha citou o debate com outros historiadores que possuem um olhar diferente do seu, como Laura de Mello e Souza, por exemplo. Nesse ponto, ressaltou a necessidade de uma revisão, com o desenvolvimento da historiografia luso-brasileira, da ideia de “império” centralizado, aliás, demonstrou que a designação de “império” português raramente figura nas fontes históricas: “Essa revisão é ainda mais necessária em face do desenvolvimento da historiografia luso-brasileira, que insiste na característica coativa e opressora do império” (HESPANHA, 2010, p. 50).

A questão das capitâneas é abordada ao lembrar que a Coroa passou a atuar para reincorporá-las, fato que pode dar a aparência de uma maior centralização, porém, tornou as redes de poder ainda mais plurais e complexas. Parecia que os governadores das capitâneas ganhavam mais poder, porém, ao mesmo tempo, entraram no jogo os juizes nomeados pelas câmaras municipais:

Com a contínua reincorporação das capitâneas sob a administração direta da coroa, tanto por vacância quanto por compra, a concessão das sesmarias foi revertida aos governadores de capitâneas, enquanto sua inspeção era atribuída aos *juizes demarcantes letrados*, os quais eram indicados (na verdade, nomeados) pelas câmaras municipais. Como esta narrativa torna claro, o ato mais decisivo numa colônia de *plantation* – a concessão de terras agricultáveis – dependeu das decisões locais dos governadores de capitâneas, enquanto os procedimentos jurídicos consequentes (o uso da terra de acordo com o regime e os objetivos jurídicos) ficavam sob a jurisdição dos magistrados progressivamente mais diretamente vinculados a interesses locais (HESPANHA, 2010, p. 63).

E as câmaras municipais, sempre lembradas por sua importância em representar o poder local em disputas com governadores ou outros integrantes da administração na colônia, inclusive nos livros didáticos, despontam no texto pouco antes de Hespanha finalizá-lo, uma vez que “administravam totalmente os assuntos locais [...] atuavam com sucesso contra as políticas centralistas ditadas pela coroa” (HESPANHA, 2010, p. 71). Tais câmaras e homens bons também possuíam suas divergências políticas com outros locais. Eram diversas as possibilidades de disputas.

Internamente, governar a municipalidade significou um amplo e extenso leque de possibilidades para recrutamento de clientes para formar suas casas ou bandos e, ao mesmo tempo, molestar e, eventualmente, dominar grupos oponentes. Externamente, a nobreza da câmara administrativa um conjunto de matérias muito significativo, tais como o acesso ao status de vizinho – um tipo de “cidadania local” que os capacitava a exercer direitos e reivindicar graças e vantagens – ou a definição dos termos de todas as negociações políticas com o poder régio e seus servidores (HESPANHA, 2010, p. 71).

Luiz Felipe Alencastro, em sua obra *O trato dos viventes*, trouxe um debate focado em questões comerciais e abordou de forma profunda a questão do tráfico de escravizados e sua influência sobre a metrópole portuguesa e suas colônias espalhadas pelo mundo. O historiador observou que o comércio através dos oceanos levou ao surgimento de novas forças em Portugal e em muitas áreas colonizadas, fato

que alterou o equilíbrio monárquico europeu, uma vez que “o domínio ultramarino nem sempre desemboca na exploração colonial, como também não instaura de imediato a obediência do colonato e dos negociantes ao poder metropolitano” (ALENCASTRO, 2000, p. 12).

No tópico seguinte, farei um levantamento nas bibliografias dos livros didáticos, porém, adianto aqui que muitas afluem para o que Alencastro registrou ao observar as capitanias hereditárias e o Governo-Geral. No teatro das operações políticas da época, além das questões sobre um possível declínio do comércio com o Oriente, o fato de o Brasil ter sido atacado por franceses, fato que colocou em risco o domínio português em todo o território de sua colônia:

Na América portuguesa, em consequência da ofensiva francesa e do declínio do trato asiático, foram tomadas em 1534 medidas para o povoamento e a valorização do território. Quinze capitanias hereditárias acabaram sendo cedidas a donatários. Para atrair candidatos, a coroa concede prerrogativas extensas. Dos doze primeiros donatários, seis nunca vieram ao Brasil ou voltaram logo para Portugal; dois foram mortos pelos tupinambás; outros dois abandonaram seus direitos, e apenas dois puderam prosperar: Duarte Coelho em Pernambuco e, até 1546, Pero do Campo Tourinho em Porto Seguro, São Vicente também progride por algum tempo, mas nunca será visitada por seu donatário (ALENCASTRO, 2000, p. 20).

Dessa forma, ao tratar dos problemas enfrentados pelas capitanias hereditárias, Alencastro citou o destino de muitos deles, o que evidenciou que as capitanias não obtiveram o resultado esperado pela Coroa portuguesa. O Governo-Geral, tal como em vários livros citados acima, foi apontado como uma tentativa de centralização. Obviamente que, com essa medida, o poder tornou-se de fato mais central, mas não se trata, no caso de Alencastro, de um retorno às leituras que viam o Estado absoluto português simplesmente como um predador a quem nada escapava, até porque, como dito acima, o historiador reconhece a complexidade de tais relações de poder ante o governo da colônia. A contribuição de Alencastro, diga-se de passagem, foi a de inserir as relações comerciais em tais redes de poder. No entanto, não deixou de abordar o Governo-Geral como:

O início do governo-geral (1549) dá lugar a um movimento de centralização que reduz os privilégios donatários. Circunstâncias peculiares a Pernambuco permitem que Duarte Coelho e seus descendentes resistam até meados do Seiscentos à retirada das

prerrogativas donatarias. Nos outros lugares, a autoridade do governo central se afirma (ALENCASTRO, 2000, p. 20).

João Fragoso, em seu texto *Poderes e Mercês nas Conquistas Americanas de Portugal*, ressaltou a importância de uma visão para a administração portuguesa sobre suas colônias que passe pela questão do governo polissinodal. Fragoso diferenciou a monarquia lusitana das demais, pois nesse caso o sustento da corte era oriundo, sobretudo, das receitas geradas pelas colônias. Tais colônias faziam também com que a monarquia portuguesa fosse pluricontinental:

Nas terras portuguesas, o rei era, como na monarquia hispânica, cabeça do corpo social e, do mesmo modo, não se confundia com ele. Leia-se: a exemplo de outras arquiteturas políticas da Europa Moderna, a portuguesa era polissinodal e corporativa; portanto, existia concorrência e negociação entre seus poderes. Entretanto, apesar dessa semelhança, devemos atentar para as diferenças entre a Coroa lusitana e as demais europeias. Uma de tais diferenças diz respeito à própria base material da monarquia lusa diante das demais europeias. Em Portugal, sua majestade e a primeira nobreza viviam de recursos oriundos não tanto dos camponeses europeus, como em outras partes do Velho Mundo, mas do ultramar, ou seja, das conquistas do reino no além-mar. Eram esses recursos que lhes permitiam manter e renovar à sua primeira nobreza as tributações de origem medieval sobre esses camponeses reinóis que a sustentavam. Tratava-se, portanto, de uma monarquia e de uma nobreza que tinham na periferia a sua centralidade e o seu sustento, e isso era garantido pelo comércio tendo por base produtiva, principalmente a partir do século XVII, a escravidão africana na América (FRAGOSO, 2017, p. 52).

Essa colocação de Fragoso deveria aparecer com mais frequência nos livros didáticos, pois a questão de como o lucro do escravismo sustentou, inclusive, a elite metropolitana é pouco lembrada. O ouro e o lucro gerado pela cana-de-açúcar figuram sempre como importantes elementos para a exploração colonial, enquanto o tráfico de escravizados é relacionado mais a ganhos diretos de traficantes luso-brasileiros que viviam, principalmente, na colônia. Outra questão importante era o fato de que a coroa, diante das dificuldades impostas por uma distância que dificultava um domínio absoluto de suas colônias, trabalhou com a distribuição de graças, as quais deveriam fomentar a fidelidade de seus súditos nas colônias, muito bem lembrado por Fragoso, que ao tratar do poder local, não só colocou a questão das câmaras municipais, as quais eram sua maior expressão, “mas também reunia as corporações que agiam no âmbito da república/localidade, como as irmandades, ordens terceiras, agremiações

de comerciantes, grupos de lavradores etc” (FRAGOSO, 2017, p. 54). Tais instâncias colocadas por Fragoso são um ponto interessante para que os professores de história de muitas cidades brasileiras possam trabalhar a história da própria região, buscando com os estudantes fazer um levantamento em arquivos locais sobre a existência de irmandades, por exemplo. Esse poderia ser um método de trabalho que pode transcender as limitações dos livros didáticos.

O estudo de Fragoso também foi bastante denso, no sentido de ter trabalhado com inúmeros dados estatísticos sobre os diversos domínios portugueses, ao que comparou, por exemplo, os assuntos referentes às correspondências com a metrópole. De tais levantamentos, pôde ressaltar que era esperado das elites locais que pudessem cuidar “de suas próprias vidas sem ter de pedir a todo instante consentimento ao rei, ao menos no que diz respeito aos assuntos hoje entendidos pela historiografia como essenciais para a administração do cotidiano da comunidade: como abastecimento e justiça” (FRAGOSO, 2017, p. 59). A seguir, em um dos trechos mais importantes do texto, o historiador demonstrou que nem sempre importava de fato para a Coroa a forma como a produção de riqueza por parte dos colonos acontecia:

O centro não interferia de forma regular e sistemática no modo de produção da riqueza social das conquistas. Aquelas comunicações políticas sugerem que cabia às populações locais decidir como produzir a sua vida material. Cabia ao rei, sim, garantir o bem comum da comunidade, ou seja, garantir o respeito àquelas decisões tomadas no âmbito das comunidades e de suas famílias. A ele interessava o povoamento e a defesa das terras. Como isso se fazia era outra história, o modelo conhecido por aquelas populações era o engenho de açúcar, lavouras de mantimentos e os currais. A maneira como se produzia a riqueza social e a administração de mão de obra das casas era de incumbência e de domínio do poder doméstico. Portanto, fugia da *jurisdição da Coroa* e de seus oficiais. Os números apresentados sugerem essa hipótese ou ainda esta concepção de sociedade. É no interior de tais parâmetros que devemos discutir as negociações entre centro e periferia no que chamamos de monarquia pluricontinental (FRAGOSO, 2017, p. 60).

Como ocorre em diversas outras áreas de abordagem da historiografia, também há divergências no que se refere ao governo português em suas colônias. Laura de Mello e Souza desferiu diversas críticas ao modelo adotado principalmente por Hespanha. Em seu texto intitulado *Política e administração colonial: problemas e perspectivas*,

apontou como o ponto fraco da obra de Hespanha o fato de não dar a devida atenção aos contextos imperiais diferentes (SOUZA, 2009, p. 76). A historiadora ressalta que, apesar de todas as observações sobre nuances diferentes da administração, dentro de um revisionismo do que foi o Antigo Regime, não pode deixar de considerar que tudo se fazia em nome do rei de Portugal, além de ser impossível afirmar que o Estado não estava presente na administração do Brasil colonial. Outra crítica importante feita por Souza passa pelo fato da importância dada a fontes jurídicas nos trabalhos de Hespanha:

Por mais importantes que tenham sido as análises sobre as teorias contratualistas subjacentes à constituição do poder político na Época Moderna, o mundo das colônias – e aqui, lembrem-se as ressalvas feitas por Caio Prado Jr. – não pode ser visto predominantemente pela ótica da norma, da teoria ou da lei, que, muitas vezes permanecia letra morta e outras tantas se inviabilizava ante a complexidade e a dinâmica das situações específicas. Aliás, para uma das maiores expressões do pensamento político, sequer o mundo do Antigo Regime poderia ser visto sob tal ótica: caracterizando-o por “uma regra rígida” e “uma prática flácida”, Alexis de Tocqueville ensinou: “Quem quisesse julgar o governo daquele tempo pelo conjunto de suas leis incorreria nos erros os mais ridículos” (SOUZA, 2009, p. 80).

Diante dessa pequena análise de alguns textos, os quais pertencem a um longo debate, podemos perceber que as produções acadêmicas já avançaram bastante na temática sobre a administração portuguesa em suas colônias. Uma parte dessas discussões já chegou ao material utilizado em escolas, mas o caminho a ser percorrido, no que se refere a uma maior aproximação com essas ideias mais atuais, ainda é longo.

A bibliografia da bibliografia

Fiz uma análise da bibliografia utilizada nas seis obras didáticas citadas neste artigo, com a intenção de observar em quais delas foram citados autores como Hespanha, Fragoso, Pujol, Laura de Mello e Souza e Alencastro. Na coletânea *Vontade de Saber* nenhum desses autores figuram na bibliografia, que tem obras como *A época colonial*, de Sérgio Buarque de Holanda e *História do Brasil*, de Bóris Fausto. O livro didático de Alfredo Boulos, *História Sociedade & Cidadania*, tem em sua bibliografia duas obras em que Fragoso está dentre os autores: *A economia colonial brasileira (séculos XVI – XIX)* e *O Brasil colonial*. A coleção *Rotas* da editora Edebê também traz uma

obra de Fragoso em sua bibliografia: *O Antigo Regime nos trópicos*, obra também assinada por Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. *O trato dos viventes*, de Alencastro é outra obra que está presente na bibliografia.

Passando agora aos livros voltados para o antigo Ensino Médio, a coleção *Olhares da História: Brasil e Mundo*, de Cláudio Vicentino, não faz referência a nenhum dos autores citados. No capítulo referente à montagem da colônia portuguesa na América, figuram 4 autores na bibliografia: Eduardo Bueno, Sheila de Castro Faria, e Silvia Cintra Santos e Sérgio Reinhardt Santana. No livro didático *Conexões com a História* vemos na bibliografia mais uma vez *O trato dos viventes*, obras mais clássicas como *História Geral da civilização brasileira*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior e, dos historiadores citados nesse artigo, Laura de Mello e Souza, com *Desclassificados do ouro*. Por fim, na coleção *Oficinas de História*, Alencastro também aparece na bibliografia com a mesma obra que consta nos outros livros didáticos aqui analisados.

Diante deste rápido olhar, percebemos que, apesar de um importante nome como o de Hespanha não constar em nenhuma dessas bibliografias, há o conhecimento de alguns nomes importantes do debate acerca da administração colonial no Brasil. Acredito ser possível, caso as reformas curriculares permitam, que nos próximos anos essa abordagem mais moderna do governo colonial seja cada vez melhor trabalhada em sala de aula, caso haja um encurtamento da distância para aquilo que é produzido na academia.

Considerações Finais

A partir das análises e observações feitas, podemos perceber que já faz alguns anos que aquilo que é produzido nos meios acadêmicos nem sempre coincide com o que está presente nos livros didáticos. Percebe-se que este tipo de material, ao que aparece, obtém lastro em teses mais antigas, que partiram de uma historiografia mais pioneira e tradicional, mas vimos que algumas obras didáticas também já avançaram no sentido de dialogar com obras de autores especializados como Fragoso e Alencastro. Não obstante, vivemos tempos difíceis para a disciplina de história nas escolas de Ensino Médio, principalmente. A reforma dessa modalidade de ensino a

ser colocada em prática no Brasil hoje ceifa carga horária preferencialmente das Ciências Humanas, tornando bastante nebuloso o futuro do ensino das disciplinas dessa área, com temas embaralhados e nem sempre parecidos com aquilo que é estudado nas universidades e considerado realmente importante para a Filosofia, História, Geografia e Sociologia.

Um exemplo desse declínio foi a escolha do livro realizada no período 2020/2021 nas escolas de ensino médio para a rede pública do estado do Espírito Santo. Nos anos anteriores, os estudantes normalmente recebiam ao longo de todo ensino médio 3 livros de história, 3 livros de geografia, 1 livro de filosofia e 1 livro de sociologia.¹ Com a reforma do ensino médio, será entregue aos estudantes apenas 1 livro para todas as disciplinas de Ciências Humanas, e que será utilizado durante todo o ensino médio. Essa precarização fará com que um aprofundamento de discussões importantes, como o tema citado neste artigo, seja ainda mais inviabilizado.

Será necessário um empenho ainda maior dos colegas que atuam na sala de aula da Educação Básica, para que possamos avançar com um ensino de história mais próximo daquilo que é apontado em importantes estudos acadêmicos, como aqueles que desconstruíram a ideia de uma formação do Brasil a partir de um poder central metropolitano onipresente e onisciente, configurado a partir de teses engessadas e mecanicistas. É importante que desde a infância e adolescência, os estudantes tenham acesso ao conteúdo das pesquisas feitas nas universidades, para o desenvolvimento de um melhor raciocínio histórico, percebendo a complexidade de tal processo. No caso de uma melhor visão sobre o governo à distância nos domínios ultramarinos portugueses, é possível que já nos primeiros anos de estudo da história, o aluno compreenda importantes noções de tempo e espaço, e perceba que isso impactava nas negociações entre a coroa portuguesa e aqueles que se encontravam em sua maior colônia, onde a concessão de mercês era uma importante ferramenta de negociação, por exemplo. Desta forma, será mais provável que os estudantes terminem seu ciclo escolar com um melhor entendimento dos aspectos que

¹ Obviamente que estou tratando aqui do quantitativo de livros que os estudantes recebem nas disciplinas de Ciências Humanas, foco de minha discussão, não citei, por essa razão, os livros de outras áreas recebidos pelos alunos.

constituíram a política do Brasil colônia e algumas nuances daquele período que permanecem até os dias de hoje.

O tópico analisado neste texto é apenas um exemplo das diversas abordagens feitas nos livros que podem ser comparadas ao conteúdo produzido nas academias. Para que a escola se torne também um espaço de produção, e não apenas reprodução, de conhecimento, encurtar a distância do que é feito nas universidades para o que chega às salas de aula, propiciaria um aporte considerável aos professores do Ensino Básico. Quanto antes os estudantes compreenderem a complexidade do raciocínio histórico, mais fácil será sua apropriação de conhecimento. O senso investigativo e crítico pode ser inserido ainda na educação básica, para que aqueles que a frequentam como alunos e nela trabalham como professores de história, possam também contribuir para o conhecimento do passado brasileiro. Aqueles que consideram a educação como caminho para a cidadania, sabem a ferramenta imprescindível que é um correto, e cada vez mais aprofundado, conhecimento do passado do Brasil.

Wander Luiz Demartini Nunes - Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Agência de Fomento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo. Correio eletrônico: wander.demartini@gmail.com.

ARQUIVOS CONSULTADOS PELA INTERNET

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 07/01/2022.

<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Ensino%20M%C3%A9dio%20-%20Volume%2003%20-%20Ci%C3%A4ncias%20Humanas.pdf>> Acesso em: 07/01/2022.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Alexandre. *Conexões com a História*/ Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira. – 3. ed. – São Paulo: Moderna, 2016.

BITTENCOURT, Circe. *Livros didáticos e ensino: da História Sagrada à História Profana* (Cap. III). Livro didático e saber escolar 1810 - 1910. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania: 7º ano: ensino fundamental: anos finais*. 4. ed. São Paulo: FTD, 2018.

CAMPOS, Flavio de; *Oficina da História: Volume 1*. Flavio de Campos, Júlio Pimentel Pinto, Regina Claro. – 2. ed. – São Paulo: Leya, 2016.

DIAS, Adriana Machado. *Vontade de saber: história: 7º ano: ensino fundamental: anos finais*/ Adriana Machado Dias, Keila Grinberg, Marco César Pellegrini. – 1. ed. – São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

EDEBÊ. *Coleção Rotas. : história: 7º ano: ensino fundamental: anos finais*/ Ariete Nasulicz Beltrami (org.). São Paulo: Edebê Brasil, 2020.

FRAGOSO, J. *Poderes e mercês nas conquistas americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa*, in: FRAGOSO, J e MONTEIRO, Nuno G. (orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HESPANHA, António Manuel, *Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português*, in: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima, *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LOUREIRO, Marcello e MOREIRA, Luiz Guilherme. Livros didáticos brasileiros e as abordagens da História colonial: problemas e possibilidades na reflexão sobre a cidadania. Revista Solta a Voz v, 20 , n. 2, 2010.

PUJOL, Xavier Gil, *Centralismo e localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre capital e territórios nas monarquias europeias nos séculos XVI e XVII*, in: Penélope Fazer e Desfazer a História, n. 6, 1991.

SIQUEIRA, Lucília. O nascimento da América portuguesa no contexto imperial lusitano: considerações teóricas a partir das diferenças entre a historiografia recente e o ensino de História. *História* [online]. 2009, vol.28, n.1.

SOUZA, Laura de Mello e, *Política e administração colonial: problemas e perspectivas*, in: SOUZA, Laura de Mello e, FURTADO, Júnia Ferreira & BICALHO, Maria Fernanda, in: *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

VICENTINO, Cláudio. *Olhares da história: Brasil e mundo* / Cláudio Vicentino, José Bruno Vicentino; colaboração de Saverio Lavorato Junior. – 1. ed. – São Paulo: Scipione, 2016.